



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/20

Processo nº 85.935

Jundiaí, 30 de novembro de 2020.

A Câmara Municipal de Jundiaí comunica que fará realizar no endereço sito à Rua Barão de Jundiaí, nº 128 - Jundiaí-SP, no próximo dia **16 de dezembro de 2020**, às **09:00 horas**, sessão pública para recebimento das propostas referentes ao Pregão Presencial nº 09/20, conduzida pelos Pregoeiros e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 4.133/2020, para a contratação de serviços especializados continuados de gerenciamento técnico, operação e sustentação de infraestrutura de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de Jundiaí.

Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520/02, Ato nº 750/19 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, por este Pregão Presencial, seus elementos constitutivos e demais textos legais cabíveis.

A despesa total estimada desta contratação para 12 (doze) meses é de R\$ 49.031,64 (quarenta e nove mil, trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme média de preços obtida no mercado.

1 - MODALIDADE E OBJETO

1.1. A licitação será realizada na modalidade pregão presencial, tipo menor preço, em lote único, tendo como objeto a contratação de serviços especializados continuados de gerenciamento técnico, operação e sustentação de infraestrutura de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de Jundiaí, conforme as especificações técnicas descritas no termo de referência - **Anexo I**, que possui todos os detalhes técnicos dos serviços ora pretendidos, cuja cópia contida no referido **Anexo I**, é parte integrante deste Edital, sendo que o conteúdo técnico do descritivo foi elaborado pela Assessoria de Informática da Câmara Municipal de Jundiaí.



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 2)

1.2. É vedada qualquer forma de subcontratação para a execução dos serviços objeto desta licitação, conforme condições técnicas contidas no **Anexo I**.

1.3. O interessado em participar poderá realizar visita técnica, facultativamente, até o penúltimo dia útil anterior à sessão do pregão, devendo agendar visita com antecedência através dos telefones (11) 4523-4556 ou 4523-4551, sendo que será fornecida a Declaração de Comparecimento, emitida pela Câmara Municipal.

1.3.1. A eventual contratada não poderá alegar qualquer desconhecimento técnico relativo às condições de fornecimento, dada a importância da visita técnica.

1.4. A Câmara Municipal de Jundiaí poderá considerar inadequada a prestação do serviço por parte da proponente vencedora, a seu exclusivo critério, para fins de sanar irregularidades, particularmente tendo em vista conduta vigente no ambiente operacional desta Edilidade, sendo que deverá abster-se de:

1.4.1. Invadir a privacidade dos usuários da rede interna, buscando acesso às senhas e dados privativos, modificando ou destruindo arquivos e instalando programas nas estações de usuários sem autorização prévia da Câmara Municipal.

1.4.4. Divulgar propagandas ou anunciar produtos e serviços através de correio eletrônico, exceto nos casos de expressa concordância dos destinatários quanto a este tipo de conteúdo.

1.5. Na ocorrência das hipóteses acima, a Câmara Municipal deverá ser previamente notificada e a proponente vencedora deverá sanar prontamente o uso inadequado dos serviços. A persistência do uso inadequado, desde que provada, resultará na suspensão imediata dos serviços, sem ensejar-se qualquer tipo de indenização ou ressarcimento da proponente.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1. O presente certame destina-se apenas às microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP interessadas, que atuem no ramo de atividade pertinente ao objeto em referência, e que preencherem as condições do credenciamento, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O representante da proponente deverá se apresentar ao Pregoeiro para credenciamento, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, respondendo por sua representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia, conforme especificado a seguir:



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 3)

3.1.1. Tratando-se de representante legal, o Estatuto, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, destacando-os no texto para facilitar a identificação pelo Pregoeiro e sua Equipe.

3.1.2. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e todos os atos pertinentes ao certame, acompanhado do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, que comprove os poderes do mandante para a outorga, destacando-os no texto para facilitar a identificação pelo Pregoeiro e sua Equipe.

3.1.3. Declaração de ciência e cumprimento de todos os requisitos de habilitação constantes desse edital, conforme modelo presente no **Anexo II**.

3.1.4. Declaração de inexistência de impedimento legal contra a licitante, conforme o modelo do **Anexo III**.

3.1.5. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme **Anexo IV**.

3.1.6. Declaração de enquadramento, se o caso, como ME ou EPP para o exercício do direito de preferência, sob as penas da lei, devidamente assinada pelo representante legal da empresa ou pelo contador, demonstrando o enquadramento atual, ME ou EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

3.1.6.1. A falta da declaração de enquadramento, citada neste item, devidamente assinada pelo representante legal ou seu contador **impedirá o credenciamento da licitante**.

3.2. Será admitido somente um representante para cada licitante.

3.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

3.4. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a Sessão de Processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, através da análise da documentação acima especificada, que deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 4)

4.1. Os envelopes “1 - PROPOSTA DE PREÇO” e “2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” deverão ser apresentados fechados, lacrados, com a identificação da licitante e endereçados da seguinte forma:

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/20
RAZÃO SOCIAL / FIRMA / DENOMINAÇÃO DA LICITANTE
ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/20
RAZÃO SOCIAL / FIRMA / DENOMINAÇÃO DA LICITANTE
ENVELOPE 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.2. O prazo máximo para protocolo dos envelopes com as propostas será às **09:00 horas do dia 16 de dezembro de 2020**, sendo que, após este horário, não será admitido o protocolo de envelopes para a participação de qualquer licitante.

4.2.1. Atenção quanto ao protocolo dos envelopes de forma a anteceder o horário estipulado, a fim de evitar aglomerações de participantes no último minuto que possam causar a perda do horário.

4.3. As propostas deverão ser apresentadas datilografadas ou impressas em uma via, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos que possam comprometer sua interpretação, datadas e assinadas pelo representante legal ou procurador, juntando-se procuração.

4.4. Todos os documentos apresentados deverão ser originais ou cópia autenticada (vide art. 32 da Lei 8.666/93), devendo a cópia estar autenticada antes de ser contida no envelope de habilitação, não sendo aceito que a licitante solicite durante a sessão pública ou posteriormente, a conferência das cópias e respectivos originais.

4.5. Para os documentos disponibilizados via *internet* e cuja autenticidade deverá ser verificada através de consulta ao site correspondente, serão aceitas cópias simples.

4.6. Encerrada a etapa de credenciamento e recebidos os envelopes, o Pregoeiro procederá a abertura dos envelopes contendo a PROPOSTA DE PREÇO.

5 - DO ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇO

5.1. A proposta de preço deverá conter, necessariamente, os seguintes dados:

a) Nome da licitante, endereço, CNPJ, inscrição estadual e municipal, número do processo licitatório e do pregão;



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 5)

b) Descrição clara e detalhada dos serviços, em conformidade com as especificações técnicas contidas no **Anexo I** deste Edital, bem como em referência às exigências relacionadas no referido **Anexo I**.

b) Valor mensal e valor global para a prestação dos serviços técnicos, conforme **Anexo I**, incluídas todas as despesas decorrentes do atendimento a ser realizado nos prédios da Câmara Municipal de Jundiaí ou fora dele. Os valores deverão estar em moeda nacional corrente (Real), com duas casas decimais após a vírgula, sem previsão de reajuste ou qualquer encargo financeiro;

d) Expressar claramente que, em caso de manutenção e suporte técnico, o atendimento técnico poderá ser realizado remotamente ou, não havendo condições técnicas de solução à distância, haverá o deslocamento do técnico responsável para visita nos prédios da Câmara Municipal de Jundiaí, de acordo com os prazos do SLA – Acordo de Nível de Serviço expressos no Anexo I, a partir da constatação de tal necessidade, sem qualquer custo adicional.

e) Estar incluído no preço proposto as despesas de frete, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias para a execução dos serviços relativos ao objeto nos prédios da Câmara Municipal de Jundiaí;

f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias da data da sessão;

g) A proposta deve estar assinada pela licitante ou seu representante legal.

5.2. Caso a proposta de preços esteja em desacordo com as especificações do Edital, mas com irregularidades/vícios sanáveis, ou seja, casos de erros formais, poderão, a critério do Pregoeiro, ser readequadas/sanadas, após o momento da abertura dos invólucros, desde que não sejam alterados quaisquer valores unitários propostos, com o intuito de ampliar a disputa.

6 - DO ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Conforme item 4.4 retro citado, o envelope de documentos de habilitação deverá conter, necessariamente, a cópia autenticada ou original dos seguintes documentos:

6.1.1. Quanto à habilitação jurídica:

a) Certidão de registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (contrato e última alteração) e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores expedido pela Junta Comercial;



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 6)

c) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Os documentos constantes nas alíneas “a” e “b” acima não precisarão constar do envelope 2 quando apresentados no credenciamento.

6.1.2. Quanto à regularidade fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, através da Unidade Administrativa da sede da licitante (Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado);

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal através de certidão negativa de débitos referentes a tributos mobiliários e imobiliários, expedido pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças da sede da licitante;

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com validade na data de apresentação da proposta;

g) Considerando o disposto no artigo 195, §3º, da Constituição Federal e no artigo 2º da Lei Federal nº 9.012/95, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte da Câmara, a atualizar a Certidão Negativa de Débitos (CND) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou o documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação, caso as certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada;

6.1.2.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal da Microempresa ou empresa de pequeno porte enquadráveis no art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, fica concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro.



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 7)

6.1.2.2. A prova da condição de Microempresa ou empresa de pequeno porte compete ao licitante. A não regularização fiscal ou sua comprovação, conforme previsto no subitem anterior, implica na decadência do direito a contratação, com aplicação das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos dispostos no art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/06.

6.1.3. Quanto à qualificação econômico-financeira:

Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou de Execução Patrimonial expedida pelos Cartórios Distribuidores da sede da Licitante, com validade na data de apresentação da proposta.

6.1.4. Quanto à regularidade trabalhista:

a) Declaração de regularidade em observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no **Anexo V**.

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), nos termos do Título VII - A da CLT (art. 642 - A) c.c art. 29, V, da Lei Federal nº 8.666/93.

6.1.5. Quanto à qualificação técnica:

6.1.5.1. Atestado(s) técnico(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado ou estar executando, a contento, fornecimentos ou serviços de natureza similar e compatível ao desta licitação, conforme descrito no **Anexo I**, respeitando-se as disposições contidas na súmula 24, do TCE/SP.

6.2. Os documentos do ENVELOPE Nº 02 deverão ser apresentados no original, ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, podendo o pregoeiro, ainda, solicitar a exibição dos originais para conferência de qualquer documento. Não serão efetuadas autenticações durante a sessão pública, salvo exceções autorizadas pelo pregoeiro, consideradas de rápida solução.

6.2.1. No caso de autenticação de documentos pela Equipe de Apoio, as licitantes deverão apresentar os documentos para o citado fim até 02 (dois) dias úteis antes da data para a realização da sessão pública, no mesmo local e horário definidos no preâmbulo deste edital.

6.2.2. O horário para autenticação dos documentos pela Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32, da Lei Federal 8.666/93, quando necessário, será das 09:00 às 15:00 horas diariamente, até 02 (dois) dias úteis antes da realização da sessão pública.



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 8)

6.3. As certidões deverão estar com a data de validade em vigor e, não havendo data de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias da data de apresentação do mesmo, exceto para atestados ou declarações de capacidade técnica.

7 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.1. Não será permitida a participação de pessoas físicas ou jurídicas reunidas em consórcio e ainda daquelas que estejam cumprindo suspensão temporária ou tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública.

7.2. Serão inabilitadas as empresas que apresentarem em desacordo os documentos necessários à habilitação, bem como as empresas que estiverem sob processo de falência ou concordata e recuperação judicial e extrajudicial e, ainda, que estiverem cumprindo as penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Se a documentação para habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, exceto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte que terão até cinco dias úteis para demonstrar tal regularidade, nos termos do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2017.

7.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos.

8 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

8.2. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos critérios abaixo:

- a) Seleção da proposta com menor preço global e das propostas que apresentarem preços em até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) Não existindo no mínimo três propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de três. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independente do número de licitantes.



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 9)

8.3. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, iniciando por aquele que apresentou maior preço seguido dos demais em ordem decrescente de valor, decidindo por meio de sorteio caso haja empate de preços.

8.3.1. A primeira licitante sorteada figurará em primeiro lugar na ordenação de lances e assim, sucessivamente, até a definição completa da ordem de lances.

8.3.2. Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do pregão, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do pregão ou, ainda dar prosseguimento ao Pregão, hipótese que obrigatoriamente deverá decidir motivadamente pela negociação, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

8.3.3. Após o encerramento da etapa competitiva, havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superior à licitante originalmente melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito a preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para oferecer proposta.

8.3.4. Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos após o encerramento de lances a contar da convocação do Pregoeiro, ocorrerá preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

8.3.5. O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme artigo 45, §2º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

8.4. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão da licitante dessa etapa, mantendo-se o último preço apresentado para fins de classificação das propostas.

8.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes do item 12 deste Edital.

8.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, de R\$ 100,00 (cem reais), aplicável, inclusive, em relação ao primeiro.

8.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 10)

8.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.9. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.10. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.10.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços praticados no mercado, inclusive pela média estimativa advinda da pesquisa de preços realizada pela Câmara, coerentes com a aquisição do objeto ora licitado.

8.10.2. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar às licitantes os esclarecimentos que forem julgados necessários.

8.11. Considerada aceitável a oferta de menor preço global, será aberto o envelope contendo os documentos para habilitação de seu autor.

8.11.1. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do pregão, até a decisão final sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos se disponíveis no momento; ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informação.

8.11.2. A verificação será certificada pelo Pregoeiro, devendo ser anexados nos autos todos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.11.3. A eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos para fins de verificação da validade dos documentos mencionados nos itens 4.5, 8.11.1 e 8.11.2 deste Edital até o final do expediente, ensejará a suspensão da sessão do pregão, a qual deverá ter nova data agendada para a retomada dos trabalhos.

8.12. Constatado o atendimento dos requisitos para habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.13. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições para habilitação e assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável, cujo autor atenda aos requisitos para habilitação, caso em que será declarado vencedor.



(Pregão Presencial n° 09/20 – fls. 11)

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até o penúltimo dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

9.2. Não será admitida a impugnação do edital ou pedidos de esclarecimentos por intermédio de fac-símile ou via e-mail.

9.3. A solicitação de esclarecimentos, providências ou impugnação do ato convocatório do Pregão será dirigida ao Pregoeiro, por petição escrita, a qual será protocolizada, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil.

9.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.5. A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos será tornada pública no seguinte site: <http://www.jundiai.sp.leg.br> – no link licitações, sendo da responsabilidade dos interessados **acompanhar todas** as publicações.

10 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Os recursos só poderão ser interpostos no final da sessão pública, com registro em ata da síntese de suas razões, podendo os interessados fundamentá-las por escrito, no prazo de 03 (três) dias corridos.

10.2. Não será admitida a fundamentação de recursos por intermédio de fac-símile ou via e-mail.

10.2.1. Verificada a situação prevista no item anterior, ficam as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 12)

10.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitações – Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Jundiaí, cujo endereço consta do preâmbulo deste Edital.

11- DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO

11.1. Após a emissão do Termo de Homologação, a licitante vencedora será convocada para a assinatura do Contrato (**Anexo VI**), a qual terá até 3 (três) dias corridos para comparecimento.

11.2. A partir da data de assinatura do contrato, o início da prestação de serviços será imediato, podendo ser prorrogado a critério da administração, sob pena de aplicação das penalidades dispostas nesse Edital bem como das penalidades legais cabíveis.

11.3. Somente em circunstâncias excepcionais, por motivo de força maior, devidamente justificado e aceito pela Câmara Municipal, poderá ser prorrogado o prazo de início da prestação dos serviços.

11.4. O pagamento mensal da prestação dos serviços será realizado após a emissão documentação fiscal (Nota Fiscal) em até 10 (dez) dias.

11.5. A fiscalização dos serviços técnicos de informática, objeto desse contrato, será de responsabilidade da Diretoria de Administrativa e do gestor do contrato, podendo embargar os serviços em desacordo com as especificações contratuais.

11.5.1. Nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93, fica designada a servidora Ana Paula Crepaldi Bueno, exercente do cargo de Assessor de Informática, como encarregada da gestão do presente contrato de serviços, que será substituída pelo servidor Evaldo Hilário Corrêa, exercente do cargo de Assessor de Informática, em caso de impedimento da primeira.

12 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

12.1. A licitante total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento ou execução contratual;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 13)

b.1) multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

b.2) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante;

c) suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante, por prazo não superior a 2 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

c.1) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

c.2) ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

c.3) não manter a proposta;

c.4) falhar gravemente na execução do contrato;

c.5) na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 2 (dois) anos e, no máximo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

d.1) apresentar documentação falsa exigida para o certame;

d.2) comportar-se de modo inidôneo;

d.3) cometer fraude fiscal;

d.4) fraudar na execução do contrato.

12.2. A não execução das correções e deficiências nos serviços nas condições previstas no Edital, dentro do prazo determinado, acarretará a cobrança de multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor total contratual, até que seja regularizada a assistência técnica ou manutenção e sanado o defeito ou anormalidade.

12.3. Independentemente das sanções retro, a licitante ficará sujeita, ainda, à composição de perdas e danos causados à Câmara Municipal e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de as demais classificadas não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.



(Pregão Presencial nº 09/20 – fls. 14)

12.4. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, vinculam as partes para todos os fins legais e de direito.

13.2. **A apresentação de propostas pelas licitantes indica que possuem pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e seus Anexos**, bem como de todas as condições gerais e peculiaridades da aquisição, objeto desta licitação, sendo vedado invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

13.3. É facultado ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar ou ter sido providenciada no ato da sessão pública, pelas licitantes.

13.4. Esta licitação será anulada se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento, podendo ser revogada, a juízo exclusivo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao serviço público, sem que caiba direito a qualquer indenização.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.7. Não havendo expediente na Câmara Municipal ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

13.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.



(Pregão Presencial n° 09/20 – fls. 15)

13.10. O Edital encontra-se disponível no site <http://www.jundiai.sp.leg.br> e, também, poderá ser retirado em cópia impressa na Câmara Municipal de Jundiaí.

13.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

13.12. A adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

13.13. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes das Leis n° 8.666/93 e 10.520/02.

13.14. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Jundiaí - Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro seja.

13.15. Os envelopes contendo os documentos de habilitação que não foram abertos, ficarão à disposição para retirada pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, no Setor de Licitações da Câmara, após a assinatura do contrato pela licitante vencedora. Vencido o prazo estipulado e sem a retirada pelo interessado os documentos serão fragmentados.

FAOUAZ TAHA
Presidente



Pregão Presencial nº 09/20 - Processo nº 85.935

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO DA LICITAÇÃO

OBJETO – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO, OPERAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ.

TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELA ASSESSORIA DE INFORMÁTICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ.

Responsáveis Técnicos:

Ana Paula Crepaldi Bueno

Evaldo Hilário Corrêa



ANEXO I

(Processo nº 85.935)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços especializados continuados de gerenciamento técnico, operação e sustentação de infraestrutura de Tecnologia da Informação – de acordo com as especificações, estabelecidos pela Câmara Municipal de Jundiaí, neste termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

A infraestrutura de TI da Câmara Municipal de Jundiaí dispõe de uma série de ativos heterogêneos agrupados em: segurança, rede de comunicação de dados, banco de dados, servidores de rede, sistemas operacionais, sistemas de *backup* e recursos de armazenamento de dados que, dada a criticidade dos sistemas hospedados, deve operar em alta disponibilidade e resiliência a falhas. Por óbvio, a operação e sustentação dessa infraestrutura requer uma equipe técnica qualificada e igualmente diversificada.

Dessa forma, com a contratação dos serviços pretendidos neste Termo de Referência, objetiva-se prover a capacidade técnico-operacional necessária para garantir a continuidade e a qualidade dos recursos e serviços de infraestrutura de TI, de modo a suportar adequadamente as soluções tecnológicas e serviços de TI desta Edilidade.

Resultados e benefícios pretendidos

Com a presente contratação a Câmara Municipal de Jundiaí pretende atingir os seguintes resultados, dentre outros:

- a) Manter e Gerenciar os níveis de disponibilidade do ambiente de infraestrutura de TI, reduzindo a ocorrência de falhas e incidentes e suportando a adequada execução das atividades finalísticas desta Edilidade;
- b) Prover os recursos técnicos adequados e necessários ao atendimento das demandas dos usuários e dos serviços de TI suportados pela infraestrutura de tecnologia da informação;



(Anexo I - Termo de Referência – Processo nº 85.935 - fls. 02)

- c) Prover os recursos técnicos adequados e necessários ao suporte dos ambientes e das soluções de *software* hospedados pela infraestrutura de tecnologia da informação;
- d) Prover os recursos técnicos adequados e necessários ao aprimoramento da eficiência dos serviços de TI prestados aos cidadãos – por meio de melhoria contínua dos procedimentos, dos padrões e das políticas de gerenciamento técnico de TI;
- e) Ampliar a capacidade técnica do gerenciamento de infraestrutura de TI por intermédio da inclusão de novas competências e da revisão/ampliação do escopo dos serviços, em resposta ao avanço e à incorporação de novas práticas e tecnologias no nosso ambiente tecnológico;
- f) Aprimorar a capacidade técnica de atendimento de demandas, tratamento de incidentes e aplicação de mudanças no ambiente de infraestrutura de TI, de forma alinhada aos requisitos de segurança e aos níveis mínimos de serviço demandados pelos diversos setores da Câmara;

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de serviços especializados continuados de gerenciamento técnico, operação e sustentação de infraestrutura de Tecnologia da Informação, envolvendo as seguintes atribuições:

1. Executar processos de operação de infraestrutura de TI, incluindo operar, administrar e suportar os recursos e *devices* de infraestrutura de TI nos ambientes gerenciados sob sua responsabilidade técnica, abrangendo todos os recursos de *hardware* e *software* associados;
2. Operacionalizar soluções de aperfeiçoamento de desempenho, disponibilidade e configuração dos produtos e das soluções adotadas no ambiente gerenciado;
3. Detectar, analisar e resolver problemas de funcionalidade, configuração e parametrização de infraestrutura e serviços de TI gerenciados;
4. Executar operação, suporte, atualização, parametrização, ajustes finos e monitoramento de desempenho (*performance tuning*) e de segurança (*hardening*), para sistemas operacionais e *softwares* de apoio, tais como: soluções de virtualização, alta disponibilidade, armazenamento e *backup*, gerenciamento de impressão, rede e conectividade, segurança e outros – visando manter a disponibilidade, o desempenho e a segurança dos sistemas e serviços de TI;



(Anexo I - Termo de Referência – Processo nº 85.935 - fls. 03)

5. Executar instalação, remoção, movimentação e configuração de equipamentos e componentes de comunicação de dados, de infraestrutura de rede (servidores, switches, appliances e outros), físicos e lógicos, adotados pelo CONTRATANTE, em casos de falha e substituição de equipamentos;

6. A Contratada deverá realizar Auditorias, através de monitoramento remoto, com a utilização de aplicativos específicos para este fim, visando identificar possíveis vulnerabilidades na infraestrutura de TI da Câmara e verificar o cumprimento de recomendações de auditorias anteriores, quando disponíveis, além de oferecer retaguarda técnica sobre as soluções sugeridas, gerando laudos mensais (relatórios) técnicos aos gestores do contrato, com os detalhamentos abaixo:

- As não conformidades observadas, em relação às melhores práticas do mercado e sugerir as possíveis soluções para os problemas encontrados;
- Análise dos links de dados da WAN CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ.
- Análise das LANs CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ .
- As possíveis vulnerabilidades da topologia de rede, tanto do ponto de vista dos acessos internos quanto externos, e as correspondentes formas de correção ou evolução.
- As possíveis vulnerabilidades das políticas e práticas hoje adotadas na CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, no que se refere ao uso de dispositivos de computação pessoal, armazenamento em rede, navegação e uso da Internet, senhas, direitos de acesso a arquivos e as correspondentes formas de correção ou evolução.
- As possíveis vulnerabilidades na configuração e atualização de componentes de software básico, incluindo sistemas operacionais de desktops e servidores, software de correio eletrônico, software de serviços de internet (HTTP, HTTPS, FTP), firewall, software de roteamento e as correspondentes formas de correção ou evolução.
- As ações adicionais que, do ponto de vista dos analistas contratados, devam ser tomadas no sentido de melhorar a segurança lógica da infraestrutura de TI da CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ.
- As não conformidades observadas.



(Anexo I - Termo de Referência – Processo nº 85.935 - fls. 04)

7. A Contratada deverá se comprometer em realizar uma **RETAGUARDA TÉCNICA**, que consiste nos serviços especificados abaixo. Todos os equipamentos físicos, como servidores, appliance, switches, Ap's, roteadores encontram-se devidamente instalados e operacionais. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica em caso de problemas e manutenção nos mesmos.

ALTA DISPONIBILIDADE

1 - Gerenciamento da solução de Alta Disponibilidade, englobando os serviços:

- Manutenção preventiva e corretiva de um ambiente de alta disponibilidade utilizando o hardware disponível;
- Supervisionar o funcionamento da plataforma que gerencia as máquinas virtuais, o XCP 8.1, e em casos de falha, auxiliar na solução do problema;
- Manutenção de Servidores em Sistema Operacional Linux, e em casos de mudança ou falha de hardware, será necessário a reinstalação completa do sistema operacional e aplicativos no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, preservando todas as características, configurações e política previamente existentes e restauração de back-up de dados.
- Manutenção de Servidores em Sistema Operacional Windows 2016 server (Virtualizado), e em casos de mudança ou falha de hardware, será necessário a reinstalação completa do sistema operacional e aplicativos (servidor virtualizado) no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, preservando todas as características, configurações e política previamente existentes e restauração de back-up de dados;

SERVIDOR DE DOMÍNIO (ACTIVE DIRECTORY)

1 – Gerenciamento do servidor de Domínio – AD, englobando os serviços abaixo especificados, em caso de necessidade e possíveis problemas encontrados:

- Manutenção dos Servidores em Sistema Operacional Windows 2016 server (Virtualizado), e em casos de mudança ou falha de hardware, será necessário a reinstalação completa do sistema operacional e aplicativos (servidor virtualizado) no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, preservando todas as características, configurações e política previamente existentes e restauração de back-up de dados;



(Anexo I - Termo de Referência – Processo nº 85.935 - fls. 05)

- Configuração do DNS (Provedor de DNS local)
- DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol) – Protocolo de configuração dinâmica de endereços de rede, viabilizando uma configuração automática e dinâmica de computadores que estejam ligados a uma rede TCP/IP.
- Política de Segurança
- Cota de Disco
- Pasta Pessoa por usuário
- Organização de grupo, usuários e unidades organizacionais

FIREWALL E PROXY

1 - Gerenciamento do servidor Firewall/ Proxy, englobando os serviços:

- Manutenção de Firewall/ Proxy Linux, e em casos de mudança ou falha de hardware, será necessário a reinstalação completa do sistema operacional e aplicativos no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, preservando todas as características, configurações e política previamente existentes e restauração de back-up de dados;
- Manutenção da ferramenta Pfsense;
- Gerenciamento da segurança da rede para evitar invasões;
- Gerenciamento remoto de portas e serviços, com bloqueio e liberação sob demanda, para aplicação de política de segurança e acesso;
- Gerenciamento do DNSsec;
- Configurar a autenticação de novos usuários para acesso ao sistema, utilizando o AD (Active directory);
- Política de acessos e privacidade hierárquicos;
- Controle de acesso a conteúdos por lista.
- Controle de acesso a sites por usuários, grupos e estações.
- Filtro de HTTP e HTTPS.
- Cache de navegação.

SERVIDOR EMAIL



(Anexo I - Termo de Referência – Processo nº 85.935 - fls. 06)

- Manutenção, atualização e Suporte ao Servidor de e-mail Linux (Virtualizado) e ao aplicativo ZIMBRA, software de servidor e cliente de código aberto para troca de mensagens e colaboração. Em casos de mudança ou falha de hardware, será necessário a reinstalação completa do sistema operacional e aplicativos no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, preservando todas as características, configurações e política previamente existentes e restauração de back-up de dados.

Este serviço engloba:

- 1 – POP3, IMAP e SMTP;
- 2 – Base de usuários e respectivo gerenciamento através de banco de dados Mysql, com “tunning” ajustado para esta função;
- 3 – Anti-vírus;
- 4 – Anti-spam;
- 5 – Webmail;
- 6 – Garantir o funcionamento de servidores de DNS primário e DNS secundário, fora da rede da Câmara Municipal de Jundiaí, com as respectivas portas apontando para o servidor de e-mail local;

SERVIDOR WEB(SITE)

- Manutenção de Servidor Web (Linux – Apache) (Virtualizado), e em casos de mudança ou falha de hardware, será necessário a reinstalação completa do sistema operacional e aplicativos no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, preservando todas as características, configurações e política previamente existentes e restauração de back-up de dados.
- Garantir o funcionamento de servidores de DNS primário e DNS secundário, fora da rede da Câmara Municipal de Jundiaí, com as respectivas portas apontando para o servidor web local;

SERVIDOR DE ENCODER PARA TRANSMISSÃO DE VÍDEO “ONLINE”

- Manutenção e Suporte de Servidor incluindo abertura e direcionamento de portas no firewall e atualização de Codecs, e em casos de mudança ou falha de hardware, será necessário a reinstalação completa do sistema operacional e aplicativos no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, preservando todas as características, configurações e política previamente existentes e restauração de back-up de dados;



(Anexo I - Termo de Referência – Processo nº 85.935 - fls. 07)

- Implantação de configurações e outras facilidades ou aplicativos de modo a atender às novas solicitações, alterações de política de acesso, ou necessidades específicas solicitadas pela Contratante;

ADMINISTRAÇÃO DE SERVIDOR DE DNS

1 - Manutenção do servidor de DNS, englobando:

- Redirecionamento de consultas a DNS externos.
- DNS Autoritativo.
- CHROOT
- DNSSEC
- Cache de DNS

REDE SEM FIOS

1 – Suporte na solução de rede sem fios, e em casos de mudança ou falha de hardware, será necessário a reconfiguração dos equipamentos, englobando Vlans, SSID's e configuração de largura de banda de acordo com perfis de acesso, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, preservando todas as características, configurações e política previamente existentes. Os equipamentos utilizados são fornecidos pela Câmara Municipal de Jundiaí.

GERENCIAMENTO DA REDE E APPLIANCE

A Contratada será responsável pela **manutenção e monitoramento** de redes virtuais locais, e suporte na configuração aos dispositivos de hardware separados e dedicados com software integrado embarcado (*appliance*).

Será necessário a **instalação** de um “**Software de Monitoramento**”, o qual deverá ser fornecido pela Contratada, projetado para medir a disponibilidade e desempenho de componentes de infraestrutura, aplicações e gerar indicadores estratégicos. O software deverá monitorar em tempo real servidores, máquinas virtuais e dispositivos de rede simultaneamente. Esses monitoramentos deverão ser visualizados através de listas, mapas, gráficos e outras formas.



(Anexo I - Termo de Referência – Processo nº 85.935 - fls. 08)

Todos os *appliances* encontram-se devidamente instalados, configurados e operacionais, sendo a Contratada responsável por auxiliar na solução dos problemas que possam vir a surgir.

A Câmara segmentou sua rede do prédio anexo, com VLANs por andar, utilizando o switch gerenciado de marca CISCO catalyst 3750-x series e instalou um *appliance* em cada andar, que funciona como um firewall adicional.

O *appliance* é responsável por realizar a função de *proxy* em seu segmento inclusive com log e bloqueio HTTPS, permitindo a utilização de regras de bloqueio de protocolos de rede, filtros de conteúdo por lista atualizada, individualizadas por equipamento.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE BACKUPS

A Contratada será responsável pelo suporte e manutenção de um sistema de gerenciamento de backup, auxiliando na solução de eventuais problemas, que possam vir acontecer nas gerações de backup. Atualmente temos instalado e configurado o software Bacula, o qual permite os serviços especificados abaixo:

Implementação de rotinas de backup local e remoto.

- Análise através de CHECKSUM dos arquivos gerados no backup.
- Backup incremental, diferencial e completo.
- Estrutura cliente/servidor (permite backup centralizado em uma máquina);
- Portabilidade (módulos específicos para diferentes sistemas operacionais);
- Funcionalidade que permite a execução de scripts (ou executáveis) antes/depois do início de rotinas (backup/restore), tanto no cliente quanto servidor;
- Existência de ferramenta de operação por meio de linha de comando ou GUI;
- Suporte a dispositivos de storage do mercado (inclusive mídias ópticas);
-



(Anexo I - Termo de Referência – Processo nº 85.935 - fls. 09)

- Funcionalidades customizáveis para o envio de mensagens de log dos trabalhos de backup/restore ou ainda instruções para o operador de backup (diferentes perfis);
- Backup multibanco de dados;

8. PRAZO DE MANUTENÇÃO E SUPORTE

A manutenção corretiva ocorrerá sempre que forem encontradas falhas, instabilidades, comportamentos anômalos e queda de desempenho em quaisquer dos sistemas implantados e deverá ocorrer através de chamados técnicos. A Contratada deverá fornecer para a equipe de TI da Câmara, canais de atendimento, para que possam realizar os chamados preferencialmente através de e-mail, sistema de gerenciamento de chamados e chat ou qualquer ferramenta onde seja possível aferir o tempo de resposta e o atendimento, assim como o acompanhamento da solução do problema relatado no chamado.

O atendimento poderá ser remoto, mas em casos de falhas graves, será obrigatório a presença de um técnico no local, conforme a criticidade estabelecida na tabela abaixo. O tempo máximo de solução de problemas de indisponibilidade do serviço deve ser de 2 horas, com **SLA** mínimo mensal de **99,6%**.

SLA (Service level agreement) – Acordo de nível de serviço

Prioridade	Descrição	Tempo máximo para atendimento
Crítico	Incidente que causa parada	2 horas
Alto	Incidente que não causa parada	4 horas
Médio	Solicitações de instalação e configuração	24 horas
Baixo	Dúvidas de usuários	48 horas

Jundiaí, 26 de novembro de 2020.

ANA PAULA C. BUENO
ASSESSORA DE INFORMÁTICA

EVALDO H. CORRÊA
ASSESSOR DE INFORMÁTICA



ANEXO II

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/20

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado da Licitante)

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII, do artigo 4º, da Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos para habilitação exigidos neste Edital.

....., ... de de
(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da licitante)



ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO Nº 09/20

DECLARAÇÃO

(em papel timbrado da Licitante)

Eu,, CPF nº,
representante legal da empresa,
interessada em participar do Processo Licitatório (Pregão nº 09/20), da Câmara
Municipal de Jundiaí, DECLARO, sob as penas da Lei, que inexistente impedimento
legal contra a empresa para licitar ou contratar com a
Administração Pública.

Declaro, ainda, que esta empresa não está impedida da participação no presente
certame, nos termos da Lei Municipal nº 8790/2017.

....., ... de de
(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)



ANEXO IV

EDITAL DE PREGÃO Nº 09/20

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante), doravante denominado (licitante), para fins do disposto no item 3.1.5 do Edital de Pregão nº 09/20, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão nº 09/20 foi elaborada de maneira independente (pela licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão nº 09/20, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar proposta elaborada para participar do Pregão nº 09/20 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão nº 09/20, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão nº 09/20 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão nº 09/20 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão nº 09/20 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão nº 09/20 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Câmara Municipal de Jundiaí antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ___ de _____ de _____

(representante legal da licitante, no âmbito da licitação,
com identificação completa)



ANEXO V

EDITAL DE PREGÃO Nº 09/20

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

(em papel timbrado da Licitante)

Eu,(nome completo)....., representante legal da empresa (razão social)....., interessada em participar do **PREGÃO Nº 09/20**, promovido pela Câmara Municipal de Jundiaí, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do artigo 27, inciso V, da Lei federal no 8.666/93, com alterações posteriores, a (razão social)..... encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não empregando menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregando menor de dezesseis anos.

OBS: Emprega menor com idade de quatorze anos na condição de aprendiz ()

....., ... de de
(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)



PREGÃO Nº 09/20 – PROCESSO Nº 85.935

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ E PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO, OPERAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, COM FUNDAMENTO NO ART. 1º DA LEI FEDERAL Nº 10.520/02 - PROCESSO Nº 85.935.

I - INTRÓITO

O presente instrumento rege-se fundamentalmente pelas Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93, que instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública e dão outras providências, estando vinculado ao Processo nº 85.935, de acordo com a deliberação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí, exarada naqueles autos e que autoriza sua lavratura.

II – DAS PARTES

CLÁUSULA PRIMEIRA - São partes no presente instrumento de contrato:

a) De um lado, na condição e doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE** a CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, com sede nesta cidade, Estado de São Paulo, na Rua Barão de Jundiaí, nº 128, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 51.864.114/0001-10, neste ato representado por seu Presidente, Vereador FAOUAZ TAHA.

b) De outro lado, na condição e doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, a empresa, com sede na cidade de, Estado de, na Rua, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representado por seu..... o Sr(a)CPF.....



(minuta de contrato – processo nº 85.935 - fls. 2)

III - DO OBJETO DO CONTRATO E SUAS CARACTERÍSTICAS

CLÁUSULA SEGUNDA - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços especializados continuados de consultoria, gerenciamento técnico, operação e sustentação de infraestrutura de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de Jundiaí, conforme as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Pregão nº 09/20 e na proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Processo nº 85.935.

CLÁUSULA TERCEIRA - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA QUARTA - Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Pregão nº 09/20, para serviços especializados continuados de consultoria, gerenciamento técnico, operação e sustentação de infraestrutura de Tecnologia da Informação da **CONTRATANTE**, bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos, e pareceres que formam o processo de aquisição.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA - Os serviços deverão ser realizados no horário das 08:00 às 18:00, de segunda a sexta feira, e em casos excepcionais com a concordância de ambas as partes, poderão ser realizados em horários fora do expediente normal.

1. A **CONTRATANTE** poderá considerar inadequada a prestação do serviço por parte da proponente vencedora, a seu exclusivo critério, para fins de sanar irregularidades, particularmente tendo em vista conduta vigente no ambiente operacional da **CONTRATANTE**, sendo que deverá abster-se de:

1.1. Invadir a privacidade dos usuários da rede interna, buscando acesso às senhas e dados privativos, modificando ou destruindo arquivos e instalando programas nas estações de usuários sem autorização prévia da **CONTRATANTE**.

1.2. Divulgar propagandas ou anunciar produtos e serviços através de correio eletrônico, exceto nos casos de expressa concordância dos destinatários quanto a este tipo de conteúdo.



(minuta de contrato – processo nº 85.935 - fls. 3)

1.3. Na ocorrência das hipóteses acima, a **CONTRATANTE** deverá ser previamente notificada e a **CONTRATADA** deverá sanar prontamente o uso inadequado dos serviços. A persistência do uso inadequado, desde que provada, resultará na suspensão imediata dos serviços, sem ensejar-se qualquer tipo de indenização ou ressarcimento da proponente.

CLÁUSULA SEXTA – Cabe à CONTRATADA:

- 1) Entregar todos os softwares, quando necessários, ao funcionamento da prestação dos serviços, conforme descrito no Termo de Referência, **ANEXO I**.
- 2) Interagir com todas as empresas prestadoras de soluções e serviços da **CONTRATANTE** envolvidas no processo, tais como provedor de internet, dos sistemas de gestão e legislativo, dentre outros, conforme a necessidade.

V - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATANTE pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços prestados e suas garantias, objeto deste contrato, em moeda corrente nacional, a importância global de R\$, divididos em 12 (doze) parcelas mensais iguais no valor de R\$, correspondentes à prestação de serviços especializados continuados de consultoria, gerenciamento técnico, operação e sustentação de infraestrutura de Tecnologia da Informação da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA - O valor acima, já fixado em real, não sofrerá qualquer tipo de correção monetária.

CLÁUSULA NONA - Se prorrogado o contrato por igual período, poderá o mesmo ser revisto, adotando-se índice de preços de periodicidade anual do setor, ou seja, IPC-FIPE, servindo o mesmo índice para a correção de valor pago em atraso, na hipótese de inadimplência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - O pagamento mensal da prestação dos serviços será realizado após da emissão documentação fiscal (Nota Fiscal) em até 10 (dez) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O pagamento será atendido com recursos provenientes da verba dotada no orçamento da **CONTRATANTE** sob a rubrica nº 01.01.01.031.0001.2001.33.90.40 – OUTROS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA.

VI - DO REGIME JURÍDICO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Nos termos da lei compete, como prerrogativa unilateral, à **CONTRATANTE**, quanto ao contrato ora entabulado:

- 1) fiscalizar-lhe a execução; e



(minuta de contrato – processo nº 85.935 - fls. 4)

2) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

VII - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer os serviços de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório, Pregão nº 09/20, que, como todos os documentos da licitação e especificações da **CONTRATANTE**, passam a fazer parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Atentará, principalmente, a **CONTRATADA**, no que forem aplicadas, às normas dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sendo-lhe terminantemente vedada a subempreitada, subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do presente ajuste, fato que, ocorrendo, causará a rescisão automática e incondicional do presente ajuste, arcando também, a responsável, com as demais sanções previstas na Lei Civil e Penal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

VIII - DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Adotam, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, como motivos de rescisão da avença ora estatuída, o que expressamente determinam os artigos 77 a 81 da mencionada Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, além das condições expressamente estipuladas no presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A licitante que não mantiver a proposta, apresentá-la sem seriedade, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Jundiaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Caso a **CONTRATADA** dê causa à rescisão sem justo motivo do ora contratado, recusar-se a entregar o objeto no prazo estabelecido pela **CONTRATANTE** ou, ainda, pela inexecução total ou parcial do ajuste obrigar-se-á a pagar uma multa de 20% (vinte por cento) do valor total deste contrato, obedecidos, no mais, os ditames dos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.



(minuta de contrato – processo nº 85.935 - fls. 5)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A não execução dos reparos/correções nos equipamentos, instalações e serviços, nas condições ora previstas, dentro de prazo razoável determinado pela **CONTRATANTE**, acarretará a cobrança de multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor total contratual, até que seja regularizada a deficiência técnica e sanado o defeito.

IX - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O início dos serviços será imediato após a assinatura do contrato, nas condições previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Qualquer alteração no prazo inicial dependerá de prévia aprovação por escrito da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos no presente Contrato somente serão justificados, e não serão considerados como inadimplemento contratual, se provocados por atos ou fatos imprevisíveis não imputáveis à **CONTRATADA** e devidamente aceitos pela **CONTRATANTE**.

X - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O presente contrato somente poderá ser alterado, por escrito, via aditamento, que se submeterá ao artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e aos demais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - O presente instrumento terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, prorrogáveis se necessário por iguais períodos até o limite legal, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8666/93.

XI – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

XII - DAS PENALIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - A **CONTRATADA** total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento ou execução contratual;



(minuta de contrato – processo nº 85.935 - fls. 6)

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

b.1) multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

b.2) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante;

c) suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante, por prazo não superior a 2 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

c.1) ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

c.2) não mantiver a proposta;

c.3) falhar gravemente na execução do contrato;

c.4) na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 2 (dois) anos e, no máximo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

d.1) apresentar documentação falsa exigida para o certame;

d.2) comportar-se de modo inidôneo;

d.3) cometer fraude fiscal;

d.4) fraudar na execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Independentemente das sanções retro, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à composição de perdas e danos causados a CONTRATANTE e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de as demais classificadas não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

XIII - DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – A fiscalização da prestação dos serviços, objeto deste contrato, será de responsabilidade da Diretoria de Administração, podendo embargar os serviços em desacordo com as especificações contratuais.

Parágrafo único – Nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8666/93, fica designada a servidora Ana Paula Crepaldi Bueno, exercente do cargo de Assessor de Informática, como encarregada da gestão do presente contrato, que será substituída pelo servidor Evaldo Hilário Corrêa, exercente do cargo de Assessor de Informática, em caso de impedimento da primeira.



(minuta de contrato – processo nº 85.935 - fls. 7)

XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - A CONTRATADA realizará o serviço contratado e já especificado de modo a satisfazer plenamente os termos do Processo nº 85.935 e do Pregão nº 09/20, parte integrante deste.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - A troca eventual de documentos e cartas entre **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente contrato, serão considerados como obrigações da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - O ingresso e trânsito em determinadas dependências da **CONTRATANTE** somente poderá ocorrer após prévia autorização da Diretoria Administrativa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

XV - DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Fica eleito o foro da Comarca de Jundiaí, excepcionado qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia que o presente Contrato porventura venha a suscitar.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - A parte que der causa ao rompimento deste instrumento arcará com as despesas processuais e demais verbas cominadas à espécie.

XVI - DO ENCERRAMENTO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - E por estarem assim justas e concordes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, lidas e achadas conforme na presença de 2 (duas) testemunhas nomeadas e assinadas, na forma da lei.

Jundiaí, de de 2020.



(minuta de contrato – processo nº 85.935 - fls. 8)

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
FAOUAZ TAHA
Presidente

CONTRATADA

Testemunhas:
